



IDENTIDADE, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL



**MARIA LÚCIA RODRIGUES
BIANCA PATRÍCIA GANDINI LING
MARTTEM COSTA DE SANTANA
JOSÉ CARLOS GUIMARAES JUNIOR
SAVIO LIMA COSTA E SILVA
LÍVIA BARBOSA PACHECO SOUZA
RAIR DE LIMA NICÁCIO
RAIMUNDO ALVES MEDEIROS NETO**

© 2023 Edição brasileira
by Home Editora
© 2023 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Revisão, diagramação e capa

Autor

Produtor editorial

Laiane Borges

**Catálogo na publicação
Home Editora**



I19

Identidade, educação e formação social / Jose Carlos Guimaraes Junior *et al.* –
Belém: Home, 2023.

Outros autores
Maria Lúcia Rodrigues
Bianca Patrícia Gandini Ling
Marttem Costa de Santana
José Carlos Guimaraes Junior
Savio Lima Costa e Silva
Lívia Barbosa Pacheco Souza
Rair de Lima Nicácio
Raimundo Alves Medeiros Neto

Livro em PDF

34 p., il.

ISBN: 978-65-84897-46-5

DOI: 10.46898/home.425409b6-9b67-49f0-999e-55bfb1b00e0d

1. Identidade, educação e formação social. I. Guimaraes Junior, Jose Carlos *et al.*
II. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação.



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof^a. Ma. Rayssa Feitoza Felix dos Santos-UFPE

Prof. Me. Otávio Augusto de Moraes-UEMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof^a. Ma. Luzia Almeida Couto-IFMT

Prof. Me. Luiz Francisco de Paula Ipolito-IFMT

Prof. Me. Fernando Vieira da Cruz-Unicamp

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof^a. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof^a. Ma. Adriana Barni Truccolo-UERGS

Prof. Me. Alisson Junior dos Santos-UEMG

Prof. Me. Raphael Almeida Silva Soares-UNIVERSO-SG

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Me. Tiago Silvio Dedonê-Facrei

Prof. Dr. José Moraes Souto Filho-FIS

Prof. Me. Fernando Francisco Pereira-UEM

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof. Me. Antonio Santana Sobrinho-IFCE

Prof^a. Dra. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof^a. Dra. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Me. Darlan Tavares dos Santos-UFRJ

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof^a. Dra. Elane da Silva Barbosa-UERN

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

Resolvemos apresentar essa obra, escrita por várias mãos de professores e pesquisadores renomados, que possuem uma produção intelectual importante.

Em um primeiro momento, o tema “identidade, educação e formação social: uma breve análise na perspectiva dos interpretes do brasil”, buscou trazer uma abordagem sobre a identidade brasileira tendo na perspectiva de perspectiva de Gilberto Freyre (1900-1987), além de outro importante nome, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

As contribuições dos referidos autores são fundamentais para se refletir sobre a construção das identidades das minorias, em especial, observar como a herança destas concepções afetam as identidades na contemporaneidade, onde essa herança é um legado de discriminação e desrespeito aos que não se enquadram dentro dos padrões do colonizador.

Em um segundo material, sob o tema: trabalho e epistemologia: uma proposta de análise reflexiva sobre o conceito de trabalho em Yves Schwartz, que foi originado pela inquietude em compreender melhor o termo trabalho, atividade de trabalho bem como os seus ensinamentos/reflexos dentro da teoria construída em Yves Schwartz.

Em um primeiro momento da escrita, evidenciou-se algumas fases do processo de trabalho na História, seus valores e representações nas concepções historicamente vividas pelos grupos humanos e em sociedades, como forma de localizar o termo trabalho no espaço e no tempo observando seu contexto social, econômico e político.

Na sequência, realizamos uma busca importante nas obras de Yves Schwartz, onde discute sobre o termo trabalho, e seu pensamento quando se propõem a trabalhar a noção de atividade e as situações de Trabalho. O trabalho “visível e invisível” e suas implicações nesse universo.

Por fim, fazemos nossas considerações quanto à complexidade desta abordagem, que perpassa pela história, sociologia, filosofia abrindo ainda caminhos para análises psicológicas do termo.

Espero que gostem do livro !

TRABALHO E EPISTEMOLOGIA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO EM YVES SCHWARTZ

Resumo: A elaboração desse texto foi motivada pela inquietude em compreender melhor o termo trabalho, atividade de trabalho bem como os seus ensinamentos/reflexos dentro da teoria construída em Yves Schwartz. O texto como proposta para o estudo do tema trabalho tem como estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na primeira parte, pontuam-se algumas fases do trabalho na História, seu valor e representação nas concepções historicamente vividas pelos grupos humanos e em sociedades, como forma de localizar o termo trabalho no espaço e no tempo observando seu contexto social, econômico e político. Na segunda, pesquisamos em Yves Schwartz o termo trabalho e seu pensamento quando se propõem a trabalhar a noção de atividade e as situações de Trabalho. O trabalho “visível e invisível” e suas implicações nesse universo. Por fim, fazemos nossas considerações quanto à complexidade desta abordagem, que perpassa pela história, sociologia, filosofia abrindo ainda caminhos para análises psicológicas do termo.

Palavras-chave: Trabalho; Atividade de Trabalho; Trabalho na História; Yves Schwartz.

Abstract: The elaboration of this text was motivated by the concern to better understand the term work, work activity as well as its teachings/reflections within the theory built by Yves Schwartz. The text as a proposal for the study of the work theme has the following structure: introduction, development and conclusion. In the first part, we point out some phases of work in History, its value and representation in the conceptions historically lived by human groups and in societies, as a way of locating the term work in space and time, observing its social, economic and political context. In the second, we researched in Yves Schwartz the term work and his thought when they propose to work the notion of activity and the situations of Work. The “visible and invisible” work and its implications in this universe. Finally, we make our considerations about the complexity of this approach, which goes through history, sociology, philosophy, opening paths for psychological analysis of the term.

Keywords: Work; Work Activity; Work in History; Yves Schwartz.

1. Introdução

O assunto abordado parte da inquietação relacionada ao campo do trabalho e dos saberes que são valorados pela atividade desenvolvida para sua realização, e o reflexo dessa relação na sociedade.

Em cada época, a sociedade necessita e valoriza determinados tipos de trabalho. Historicamente, em cada processo humano desde a pré-história tem-se um valor disposto no que o homem fazia para modificar a natureza e sobreviver. Isso faz com que algumas formas de trabalho e de se trabalhar deixem de existir e outras novas surjam. Isso se deve ao fato de que, tipos de trabalho variam conforme o tempo vai passando e, seus instrumentos de trabalho também.

Da mesma forma, os instrumentos utilizados para trabalhar também podem sofrer alterações tecnológicas. Alguns deixam de existir, outros sofrem modificações. Mas existem alguns que são feitos com os mesmos materiais de tempos atrás e utilizados nos dias atuais².

No trabalho, as pessoas mantêm diferentes relações entre si. Relação de subordinação, cooperação e escravidão. Em muitas sociedades, embora a cooperação exista, o que predomina é uma grande variedade de profissões e especializações na contemporaneidade. Homens e mulheres trabalham em atividades diferentes para garantir sua sobrevivência. São costureiras, padeiros professores, pedreiros, enfermeiras e operários etc. Cada qual com a especialidade e habilidade de suas atividades. Algumas pessoas, porém, tornam-se proprietárias de bens como terra, máquinas e matéria-prima, passando a explorar o trabalhador. O problema em evidência de estudo nesse texto é a dificuldade de conceituar a palavra trabalho, suas nuances na história, e os “múltiplos nascimentos do trabalho” (SCHWARTZ, 2011, p.22).

Essa discussão é de grande relevância, por se tratar de um assunto importante para sociedade acadêmica e sociedade em geral. Esse texto explora pequenas partes da teoria e algumas passagens conceituais desenvolvidas por Schwartz na abordagem ergológica do trabalho.

Pautando-se na bibliografia de Yves Schwart, o objetivo do texto em estudo é analisar como ele conceitua o trabalho. Yves Schwartz (2011)

desenvolveu estudos sobre a questão trabalho, na busca por uma definição possível para essa categoria.

Como primeira questão lançou-se o olhar para os seguintes questionamentos: o trabalho na história ou a história no trabalho? O que é a atividade de trabalho? Existe um conceito possível para a palavra trabalho?

O termo trabalho terá algumas interpretações e reflexões históricas durante a análise proposta nesse texto, com o objetivo de enriquecer em partes, o conhecimento quanto à captura e entendimento da palavra trabalho e suas representações na História.

O Trabalho na História

Parte da narrativa sobre a atividade humana de trabalho se baseia em seu contraste e diversos comportamentos em busca de aprimorar a relação com a natureza.

Segundo Vicentino (2010), ao longo da vida de homens e mulheres, seus processos de adaptação física ao meio, a espécie humana foi se tornando mais hábil com as mãos, aprendendo a utilizá-las como instrumento de trabalho.

O desenvolvimento do cérebro favoreceu a capacidade de raciocínio permitindo-lhe criar ferramentas que facilitavam suas atividades, como o preparo e o consumo de alimentos, e desenvolver sua criatividade, que por sua vez, ampliou a cognição e o uso da capacidade cerebral.

Os primeiros grupos humanos utilizavam instrumentos feitos basicamente de lascas de pedras, de ossos ou madeira. Dedicavam-se principalmente a retirar da natureza seus meios de sustento pelas atividades da coleta, caça e pesca.

Segundo Schwartz (2011) existem três períodos históricos, marcados como momentos importantes, que seria a princípio, a fabricação de ferramentas pelo *homohabilis*³. Em seguida, a Nova Idade da Pedra ou Neolítico⁴ (8000 ac até 5000 ac), e a Revolução Industrial⁵ com início aproximadamente no século XVIII onde se observa a consolidação do trabalho e o salário como pagamento da atividade realizada.

³É o primeiro hominídeo do gênero homo de que se tem conhecimento. Ele viveu há cerca de 2,5 milhões de anos e foi contemporâneo do *Australopithecus*, mas com capacidade craniana ampliada. Alimentava-se de carne. O que era possível pelas características de sua arcada dentária. Caçava e fazia suas próprias ferramentas de manejo. (ARRUDA E PILETTI 2003 p.10)

⁴Nesse período os grupos humanos já domesticavam animais, aglomeravam para segurança. Surge o tecido (lã e linha), os primeiros trabalhos de metais (cobre e estanho). Aparece a comunidade primitiva, baseada nos laços de sangue, idioma e costumes (ARRUDA E PILETTI 2003 p.11).

Seguindo esse pensamento, observou-se a existência de três formas das gênesis do trabalho descrito por Yves Schwartz, que assim expressam grandes obstáculos de abalar o conceito de trabalho historicamente. Busca-se aqui considerar alguns autores da literatura que ao longo da história deixaram suas visões, impressões e sentimentos sobre o termo trabalho. Iniciemos com Hesíodo.

O poeta Hesíodo que viveu no século VII a.C. apresenta uma discussão do seu tempo, se referindo ao trabalho como atividade do campo. Na literatura Grega eternizada por Hesíodo em Teogonia, trabalhos e dias. O autor dedica-se em explicar as razões que levam o homem a ter a necessidade de trabalhar. Sendo o tema aqui proposto, os conceitos e facetas do trabalho, Hesíodo contribui historicamente com sua forma de retratar o trabalho.

Segundo Hesíodo (2014, p.13) no mito de Pandora está a raiz dos males que inquieta a humanidade. Pandora, levada por desejo e curiosidade “abriu o jarro que guardavam todos os males que afligem a humanidade, levando os homens, que viviam tranquilos, sem conhecer doenças e fadigas, a ter de trabalhar para sobreviver”. ”(HESIODO, 2014, p.13)

Nessa perspectiva, o trabalho em Hesíodo se apresenta como uma punição imposta aos homens, mas devendo ser aceito com humildade e alegria por ser expressão da vontade divina.

Hesíodo (2014, p.15) valoriza o trabalho em sua poesia, afirmando que o homem só adquire o respeito dos demais com as conquistas garantidas por sua disposição de trabalhar. Perseguindo essa ideia, o poeta se “opõe a opinião da classe dominante da Grécia Antiga que considerava o trabalho vergonhoso”. Como ser humano anseia riqueza, para obtê-la, o homem deve

proceder com o trabalho e somente e mais trabalho. Em seus versos Hesíodo descreve os trabalhos do campo, elabora calendário para os lavradores e dá sugestão sobre administração como administrar uma propriedade no campo.

⁵A revolução Industrial foi um conjunto de mudanças profundas iniciadas por volta de 1760 na vida de homens e mulheres, quanto as relações de produção de mercadorias, serviços realizados, manufaturas, divisão de trabalhos e máquinas industriais. (maquinofaturas) (BOULOS, 2012, p.66).

Entre os gregos especialmente na filosofia política desenvolvida em Aristóteles (2009), o trabalho é uma atividade negativa, em detrimento da liberdade. O homem que trabalha não é livre, portanto, não goza de liberdade para participar das decisões da polis. Essa visão de Aristóteles apresenta o escravo como aquele que serve, pois modifica a natureza com o propósito de trazer satisfação das necessidades dos homens livres e não a sua própria.

Na perspectiva bíblica o trabalho constitui um sacrifício, tendo em si um processo penoso de esforço e dor. E apresenta a ideia de que o trabalho envolve em seu bojo, o pensamento daquilo que alcançamos do suor do próprio rosto: “No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes a terra, pois dela fostes formados, porque tu és pó e do pó tornarás”. (Bíblia Sagrada, Genesis 3.19). No pensamento cristão, o trabalho tinha como denotação a punição, instaurando nesse sentido a remissão pelos pecados do homem. Uma relação que apresenta sofrimento e tortura, castigo e maldição.

Segundo o dicionário didático brasileiro da língua portuguesa de Moacir da Cunha Viana, s.d., impresso pela editora Pannartz, a palavra trabalho é um sinônimo e refere-se à aplicação da atividade, ligada a “serviço, esforço, fadiga, ação ou resultado da ação de um esforço; (FIS) produto de uma força pela distância percorrida pelo ponto de aplicação na direção da força; tabulação; esmero: inquietação, exercício, obra feita ou em via de execução”. (VIANA, s.d. p. 623).

Portanto, existe uma visão negativa de forma geral, do conceito da palavra e do termo trabalho que permeia a história até aqui. Isto perpassa a ideia da concepção entre sujeito e objeto e o mundo, suas transformações, permanências e valores dados em cada momento da história do homem, a

atividade humana de transformar a natureza ao seu favor para sua subsistência.

No final do século XVIII e início do XIX, teve origem o chamado capitalismo industrial. Com esse processo a noção do termo trabalho ganha outros formatos. Surge o pagamento pelo serviço prestado, as pessoas vão às fábricas para trabalhar. Nesse sentido, Vatin (2010) reitera a afirmação de que Marx “oferece uma definição genérica de trabalho, que não o reduz a uma forma social particular, como ao trabalhador assalariado” (VATIN, 2010, p 6-7)

Sobre o trabalho, MARX (1993) apud VATIN (2010) afirma: “O trabalho é antes de tudo um processo que se realiza entre o homem e a natureza, um processo no qual o homem regula e controla seu metabolismo com a natureza por meio da mediação de sua própria ação” (MARX, 1993, apud VATIN, 2010, p.6-7). Marx contribui com o pensamento que, o homem relaciona-se com a natureza e não está só, pois sua ação é renovada e mediada por instrumentos de trabalho. Desta forma, o trabalho se apresenta como um processo que aspira e dá sentido à vida do ser humano e suas ações no mundo em que vive, sendo pensado de maneira ligeira como algo que nasce da revolução industrial pelas ações do então nascente capitalismo do século XIX. O que segundo Vatin, Marx o faz pensar que todo esse processo do capitalismo moderno é algo que surge subitamente com a Revolução industrial.

Referindo-se ao século XIX, Vatin (2019) afirma que é “o século do trabalho” haja vista que existe uma dificuldade em pensar em sua complexa transição, reiterando que

Eu não tenho a ambição de compensar uma tal ausência que faz ainda hoje do trabalho no século XIX um impensado teórico. Constatação, pois o século XIX pode ser definido como o “século do trabalho”, aquele onde o conceito domina os debates sociais e, além disso inspira toda uma representação do medo. As formas concretas, técnicas, mas também socioeconômicas do trabalho durante esse período restam largamente desconhecidos. A dificuldade está ao que me parece, na dificuldade de pensar a transição complexa que produz a nossa modernidade salarial. Levando Marx muito ao pé da letra, fazemos com que o trabalho moderno apareça como nascido bruscamente com a “revolução industrial”, saindo todo armado da cozinha desse moderno Moloch que é o capitalismo. (VATIN, 2019, p.251-252).

Como forma de empreender essa reflexão, busca-se em Adorno e Horkheimer, o esclarecimento, quanto ao capitalismo do século XX em compreender o domínio do trabalho e suas implicações sociais e econômicas.

Adorno e Horkheimer (1985) refletem sobre o desenvolvimento do capitalismo no início do século XX a partir das contradições inerentes ao esclarecimento.

Adorno e Horkheimer (1985) demonstram que o esclarecimento trouxe avanços em direção a humanização, mas ao mesmo tempo, trouxe o aprofundamento da barbárie e, dessa forma, da desumanização. Tal processo tem relação com a obstacularização e ausência de uma autorreflexão crítica. O progresso social veio significando uma crescente redução do ser humano a valores meramente economicistas e utilitaristas. Há o pressuposto de que, o esclarecimento venceria a superstição, imperando também sobre uma natureza mais e mais em desengano.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), o próspero domínio técnico do trabalho e o ressaltado controle humano sobre a natureza, ao invés de produzirem um mundo mais humano e justo, acabou intensificando o nível de desigualdade social, reincidindo na idealização e mera instrumentalização do conhecimento.

Nesse sentido, as pessoas apresentam um nível de consumo exacerbado, que trocam o ser pelo ter na lógica de mercado, sendo a fortuna material mais importante, exigindo assim o definhamento do espírito.

Isso implica que a sociedade despreza o outro em detrimento do ser em sua dimensão utilitarista em si, e reproduzem as desigualdades, preconceitos e a barbárie. Isso nos remete a um questionamento: porque isso acontece? Seria por falta de conhecimento, alienação, ou simplesmente pelo fato de viver em uma sociedade organizada pelo capitalismo tardio⁶, sem conteúdo ético, processo (de) formativo, determinação social?

Essa forma de pensar persegue valores que estão enraizados em uma cultura que como afirma MANACORDA (2007) apud ZANOLLA (2014) “Uma organização que temo trabalho como instrumento eficaz da barbárie, mas que poderia encontrar alívio em uma ação universal, transformadora e

consciente, através do redimensionamento do próprio trabalho”. (MANACORDA, 2007, apud ZANOLLA, 2014, p. 314)

Para Adorno e Horkheimer (1985) o trabalho está no plano de disseminar a economia burguesa e capitalista, contribuindo com a divisão e com o excedente de trabalho, que gera a alienação pelo processo, no modo que cada indivíduo depende de todos os outros e todos concorrem para a conservação do mesmo, sendo:

O trabalho social de todo indivíduo está mediatizado pelo princípio do eu na economia burguesa; a um, ele deve restituir o capital aumentado, a outra força para um excedente de trabalho. Mas quanto mais o processo da auto conservação é assegurado pela divisão burguesa do trabalho, tanto mais ele força a autoalienação dos indivíduos, que tem que se formar no corpo e na alma segundo a aparelhagem técnica. (ADORNO, T. W; M, HORKHEIMER, 1985, p.41)

O pensamento teria que ser reflexivo, pois o sujeito do conhecimento e do trabalho, não pode ser aniquilado, podendo assim ser levado a uma autorreflexão entendendo os conceitos, revisando pré-julgamento, que, portanto, se mostra embutido. Teria então que procurar um caminho de superação da dominação no âmbito da natureza e da cultura. Dito de outra forma, restabelecer em si mesmo, talvez aquilo que projeta e refuta no outro, mantendo-se a inspiração de uma dialética da razão. Adorno e Horkheimer(1985) criticam a razão instrumental, observando que o saber produzido por esse procedimento de razão é inclinado para técnicas e ao domínio da natureza e do homem, não dando assim espaço para a consciência e a formação humana. O importante é o pensamento que opera, que traz eficácia e não a formação humana.

⁶O capitalismo liberal, ao sofrer mudanças na passagem para o capitalismo monopolista, fixa uma nova aparência, o que Adorno (1986) denomina de capitalismo tardio.

Na perspectiva adorniana, a razão, pode ser compreendida na idade moderna como racionalidade. E concorda que o poder de decidir está no homem racional, pois este detém a capacidade de conhecer e julgar a realidade. Este sujeito é exaltado pela razão na modernidade (iluminista) e conseqüentemente engrandecido por suas potencialidades. Essa razão segundo Adorno e Horkheimer (1985), expressa ao nosso entendimento como uma razão que impede a liberdade, entendendo sim que poderá restaurar o sujeito, elevando o mesmo à condição de objeto. A representação das relações e situações de trabalho humano exposta até aqui, serviram por hora para a compreensão da historicidade que envolve o termo trabalho.

A dimensão da palavra trabalho envolve um mundo de valores sociais, econômicos que percorre a história do homem na humanidade, dificilmente se apreende tal categoria. É preciso rever tempo, espaço e lugar para se aproximar da perspectiva da atividade humana realizada em determinado período. A intenção se apresenta com mais questionamentos que respostas.

Ergologia como Abordagem do Trabalho

Na perspectiva da ergologia como abordagem do trabalho, encontra-se como proposta a dimensão de um debate entre o conhecimento científico e o saber inerente a atividade. A ergologia se apresenta como uma disciplina que tem por ideia central, a essência histórica do ser humano, que altera e modifica a visão do viver ao reconhecer no trabalho a atividade do homem, sendo possível ocorrer diálogos de leis e valores entre o que é real e o que é vivido do trabalho, de modo a revelar as adversidades do trabalho real. Segundo Hennigton et al (2011).

A construção da 'abordagem ergológica do trabalho' é uma história científica e humana que emerge da colaboração de três pesquisadores – Yves Schwartz, filósofo; Daniel Faïta, linguista; Bernard Vuillon, sociólogo – que, reunido sem 1983-1984, fundaram o dispositivo Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho (APST). Eles tinham como desafio pensar as mutações do trabalho que traziam fortes interrogações sobre como preparar as jovens gerações para enfrentar as mudanças que atravessariam todos os aspectos da vida econômica e social, e notadamente aquelas concernentes às atividades de trabalho (APST, 1991) (...) os três pesquisadores nessa época, no quadro de seus engajamentos militantes, buscavam compreender as relações entre o mundo da cultura, da educação e aquele do trabalho. E as questões que orientavam suas pesquisas exigiam uma aproximação com a realidade de trabalho. Para estes pesquisadores, o regime de alternância entre períodos educativos e de trabalho na empresa

colocava empecilhos para uma articulação fecunda entre esses dois universos, constituindo-se num problema social, pedagógico e filosófico. (HENNINGTON; CUNHA; FISCHER, 2011, p 5)

Os pensadores buscavam entender o “mundo da cultura, da educação e do trabalho” Schwartz (2011, p. 5). Queriam conhecer as formas reais de empreendimento de trabalho, suas implicações, saberes dentro das fábricas, empresas etc. Perseguindo a ideia de conhecer o trabalho e suas situações Yves Schwartz (2011) afirma:

O ‘trabalho’ é ao mesmo tempo uma evidência viva e uma noção que escapa a toda definição simples e unívoca. E sem dúvida, nesse ‘e’, que une ‘o trabalho’ e ‘os homens’ que repousa provavelmente a fonte desse caráter enigmático gerador de paradoxos, e que permiti a questão: o que está comprometido do homem no trabalho. (Schwartz 2011, p.20).

Sendo uma ‘evidência’ viva no meio da humanidade, o trabalho é visto como uma categoria de difícil definição, que segundo Schwartz (2011), trabalho não é um “parâmetro qualquer do processo histórico e sim a própria base do que fazia a história” (Schwartz, 2011, p.20). Em uma leitura de Hegel e Marx⁷, Yves Schwartz não reprime ou desfaz dos escritos dos autores mencionados, só observa que ambos não absorveram o entendimento do trabalho pela “atividade do trabalho”. (SCHWARTZ, 2011, p.20)

[...] saberes acadêmicos, objetos de um esforço permanente de colocação em ordem, teórica, de explicitação metódica e crítica, de retrabalho contínuo; de outro, saberes imanentes às atividades e retrabalhados por estas, aqueles mesmos que a ergonomia da atividade faz emergir como momentos de escolhas e compromissos. Nós poderíamos chamá-los de saberes investidos (na atividade). Neste polo, as atividades são os amálgamas de organização de saberes, estruturando sobre uma base, sobretudo histórica suas ramificações sobre seus apelos aos saberes formalmente organizados (Schwartz, 1996, p. 161)

⁷Para Marx e Hegel, a alienação esta vinculada ao trabalho. E este realiza e sustenta o homem na produção de bens materiais e na sua subsistência.

A atividade de trabalho deve ser vista de forma abrangente, pois exige que se repense as disciplinas e saberes que a envolve, visto que, nem toda situação de trabalho pode ser apreendida, por envolver manobras de ajustes do que já foi estabelecido. Segundo Alves (2010) “o trabalho é uma realidade mais enigmática do que comumente se supõe.” (ALVES, 2010, p.23)

Desta forma, o trabalho é uma categoria difícil de entender por suas mudanças durante o processo histórico. Existe uma continuidade e descontinuidade das formas e situações de trabalho, redirecionamento das manipulações de ferramentas e usos das mesmas, progresso técnicas e método de se fazer. O uso de saberes acumulados por muitos séculos, experiências de atividade humana reformulada entre continuidades e permanências. Tudo isso envolve o que Schwartz 2011, chama de “um ponto cego da vida coletiva” (SCHWARTZ, 2011, p.41) observando que existe uma dimensão histórica e nela suas contradições e conflitos no que se refere “o que é trabalho o quanto ele custa, em termos de atividade corporal, mental, social”. (SCHWARTZ, 2011, p 41)

Ainda segundo Schwartz (2011) existem pontos de vistas sobre dimensões invisíveis do Trabalho (SCHWARTZ, 2011, p.42). Isso por que há um trecho da atividade exercida pelo homem ou mulher que é visto por se tratar de partes que se pode observar, sendo outra parte sem meios para observação. Entretanto, de difícil acesso a compreensão do que foi e o que ele realmente faz, existe uma especulação incapaz de situar o que foi feito no decorrer diário do trabalhado. Sendo assim:

Todo trabalho comporta uma parte invisível provisória, na espera de uma eventual elucidação, e uma parte irredutivelmente enigmática. Para mensurar essa dificuldade, é bom fazer trabalhar o conceito de trabalho, friccionando-o a objetos ou, antes, a formas limites ou que nos pareçam assim. (SCHWARTZ, 2011, p 31).

É preciso estudar, pesquisar o trabalho e suas questões emergentes, como forma de conhecer a si mesmo como produtor da história que está imbricada nesse mundo mercável de trabalhos formais, informais, ou fora dele. Porque como afirma Schwartz:

A atividade industriosa, jamais é simples, jamais é puro encadeamento de normas de procedimentos, pensados anteriormente e sem a pessoa que vai trabalhar, porque isso é

simplesmente impossível e ao mesmo tempo muito difícil de ser vivido. (SCHWARTZ, 2011, p 33).

Nesta perspectiva, o trabalho como termo posto em debate, reafirma a dificuldade de apreender seus inúmeros momentos na história presente, vivida e futura.

Considerações Finais

A compreensão que se chega a partir das leituras realizadas para delinear e compreender o termo trabalho, perpassa por dimensões científicas seja pelo viés da História, da Sociologia, da Filosofia, da Psicologia, etc. sem, contudo, chegar a um denominador comum. O trabalho enquanto atividade humana assume nuances complexas e dialógicas em seus diversos contextos históricos e social como se vê desde a concepção bíblica, da pré-história até os dias atuais.

Em todos estes momentos, há uma recorrente tentativa de buscar uma definição para o termo, sendo, no entanto, incompleto, visto que não se pode pensar em trabalho, ignorando quem o executa, em que época, quais os valores humanos e materiais, os saberes acumulados, as experiências estão imbricadas neste fazer, realizar, executar. Quais as matérias primas, ferramentas e recursos tecnológicos disponibilizadas para essa ação. Quais as relações interpessoais, de poder e subordinação foram e são importantes. O que é perceptível e o que não é perceptível. Conforme afirma Schwartz é um paradoxo, um ponto cego na vida coletiva.

REFERENCIAS

A BÍBLIA. **Genesis**. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. 1110 p. Velho Testamento e Novo Testamento. (Genesis 3.19)

ADORNO, T. W; M, HORKHEIMER. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2ªEd., 1985.

ADORNO, Theodor W. **Capitalismo tardio ou sociedade industrial**. In: COHN, Gabriel (Org.). Theodor W. Adorno: grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1986. P. 62- 75.

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALVES, Wanderson F. **Gestão escolar e o trabalho dos educadores**: da estreiteza das políticas à complexidade do trabalho humano. Educação & Sociedade. Campinas, v.31, n.110, p. 17-34, jan.-mar. 2010.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução: Nestor Silveira Chaves. 2ª Edição São Paulo: Edipro, 2009.

ARRUDA, Jose J de A; PILETTI, Nelson. **Toda a História**. História Geral e História do Brasil. 12ª edição, São Paulo Ed. Ática, 2003 (p.10 e 11)

BOULOS, Alfredo Junior. **Historia sociedade e cidadania**. 2 ed. São Paulo. Ed. FTD. 2012, (p.65 e 66)

HENNINGTON, Élida Azevedo; CUNHA, Daisy Moreira; FISCHER, Maria Clara Bueno. **Trabalho, educação, saúde e outros possíveis**: diálogos na perspectiva ergológica. Revista Trabalho Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 5-18, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/01.pdf>> Acesso em: 14 Fevereiro 2022.

HESÍODO, **Teogonia**: Trabalhos e dias/Hesíodo: tradução Sueli Maria de Regino. 2.Ed - São Paulo: Martin Claret, 2014.

SCHWARTZ, Y. 1996. **Ergonomie, philophie et exterritorialité**. In: F. DANIELLOU (org.), L'ergonomieenquête de sesprincipes – débatsépistémologiques. Toulouse, Octarès Editions, p. 141-182

SCHWARTZ, Yves. **Conceituando o trabalho, o visível e o invisível.** Trabalho, Educação e Saúde, v.9,1, p.19-45, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/02.pdf>

VATIN, François. **Industrialização, divisão do trabalho e competências operárias o debate no início do século XIX entre economistas, tecnólogos e pensadores sociais.** In : VATIN, François. O trabalho e suas medidas : economia, física e sociedade. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

VATIN, François. **Marx et le travail:** actecréateur et instrument d'aliénation. Revue du MAUSS, 6février 2010. Disponível em <http://www.journaldumauss.net/spip.php?article634>-Tradução: Wanderson Ferreira Alves

VIANA, Moacir da C. **Dicionário didático brasileiro da língua portuguesa.** impresso pela editora Pannartz,FTD s.d., p.623

VICENTINO, Claudio; Dorigo, Gianpaolo. **Historia Geral e do Brasil.** 1^a edição, São Paulo; Editora Scipione, 2010(p.34 e 35)

ZANOLLA, S.R.S. **Educação e psicanálise em Adorno** – A (re) versão apologética da cultura.Inter-Ação, Goiânia, v. 39, n. 2, p. 311-327, mai./ago. 2014

IDENTIDADE, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS INTERPRETES DO BRASIL

Resumo: O presente texto tem por objetivo fazer uma breve abordagem sobre a identidade brasileira tendo como aporte teórico, a perspectiva de Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). As contribuições de ambos são fundamentais para se refletir sobre a construção das identidades das minorias, em especial, observar como a herança destas concepções afetam as identidades na contemporaneidade. Esta herança é um legado de discriminação e desrespeito aos que não se enquadram dentro dos padrões do colonizador. Estas reflexões são suportes para se buscar em Paulo Freire a compreensão necessária para se pensar numa educação como meio de libertação e equalização destas desigualdades. Por fim, compreende-se que há uma sutil ilusão em se pensar que as escolas conseguem com eficiência mitigar e corrigir esses séculos de herança discriminatória, sendo que na verdade, as minorias ainda continuam sem voz em espaços que deveriam oportunizar um grito de liberdade.

Palavras-chave: Discriminação; Educação; Identidade; Interpretes do Brasil.

Abstract: The present text aims to make a brief approach to Brazilian identity having as theoretical support, the perspective of Gilberto Freyre (1900-1987) and Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). The contributions of both are essential to reflect on the construction of minority identities, in particular, to observe how the heritage of these conceptions affect identities in contemporary times. This heritage is a legacy of discrimination and disrespect for those who do not fit into the colonizer's standards. These reflections are supports to seek in Paulo Freire the necessary understanding to think about education as a means of liberation and equalization of these inequalities. Finally, it is understood that there is a subtle illusion in thinking that schools are able to efficiently mitigate and correct these centuries of discriminatory heritage, and in fact, minorities still remain voiceless in spaces that should create a cry for freedom.

Keywords: Discrimination; Education; Identity; Interpreters from Brazil.

1. Introdução

Pelo momento que estamos vivendo, questionar mesmo que de forma breve, o contexto que foi forjado o pensamento da formação social abordada pelos interpretes do Brasil, se torna importante. Há uma necessidade de compreender e questionar o lugar de fala desses grupos (negros, brancos e índios) dentro das teses desenvolvidas por antropólogos, escritores, educadores e sociólogos dos séculos XX e XXI, que se debruçaram sobre a temática que procura explicar o Brasil por meio de análises sociais, políticas, culturais e educacionais.

Destarte, observa-se como se constitui os diálogos dos interpretes do Brasil quanto a interpretação de um projeto de nação, suas identidades, raça, lugar e educação em Paulo Freire (1987), Holanda (1995), Gilberto Freire (2003), Jesse de Souza (2017) entre outros. Esses autores irão subsidiar nossa discussão apresentando suas contribuições por meio de suas influências teóricas na formação social desses grupos (brancos, índios e negros), sendo pertinente apresentar a imagem desses grupos construída no processo de colonização (1500 a 1888) por esses estudiosos.

O estudo advém de leituras bibliográficas centradas primeiramente nos interpretes clássicos do Brasil do século XX, e por seguinte, nos contemporâneos, cuja bibliografia possibilita a reflexão da identidade cultural do século XXI, sendo o último arcabouço para compreensão dos reflexos de uma herança de desigualdades sociais na contemporaneidade que é alimentada pelas políticas sociais elitistas no Brasil. E por fim, a educação como meio e possibilidade para reflexão e caminho para mitigar séculos de desigualdades.

2. Uma breve análise da identidade nacional brasileira pelos intérpretes do Brasil Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda

A identidade de cada pessoa é, necessariamente, o que a diferencia das demais, é construída (forjada) no dia a dia e se modifica ao longo da existência. As pessoas, pela interatividade, experimentam cotidianamente, trocas simbólicas em grupos classificados, separados pelas fronteiras a que as relações sociais os dispõem.

A elaboração identitária perpassa pelas relações de poder que distinguem minoria e maioria, dominado e dominador, tanto na esfera econômica quanto na política, ou até mesmo simbólica, constituindo-se em diferentes estratégias em face da discriminação, que, por sua vez, gera desigualdade.

A identificação étnica de um determinado grupo partilha, coletivamente, valores e crenças que geram uma pertença que os conduz ao “nós”, remetendo-os à significativa inserção das pessoas em um grupo, no qual elas se identificam como pares.

Diante dessa realidade, surge alguns questionamentos: a identidade nacional brasileira tem em seu bojo formador, mitos, lendas e folclores, narrativas para forjar

um discurso de orgulho de pertencimento, lembranças de tempos idos de otimismo? Seriam memórias de um passado vivido no período colonial de harmonia entre os povos? Seria nossa identidade realmente formada em harmonia e otimismo entre negros brancos e índios?

Importante repensar o processo da formação social brasileira, entendendo que é importante conhecer e reconhecer a pluralidade cultural do Brasil, inclusive a contribuição de cada povo para que haja o respeito e a inclusão de todos grupos na sociedade, dando -lhes a oportunidade de abdicar o direito a segurança, saúde, moradia e educação.

Infelizmente, existem no Brasil uma desvalorização de vários grupos, dentre eles ciganos e remanescentes de quilombos entre outros grupos minoritários², onde são vítimas do preconceito e da discriminação racial.

Não podemos nos calar diante desse grave problema, pois o silêncio não apagará as diferenças, pelo contrário, só contribui para aumentar o preconceito e discriminação, tendo em vista que a verdade será construída conforme o seu modo de pensar, resultando cada vez mais conceitos marcados por esteriótipos. É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo.

Diante desse pressuposto, necessita-se com urgência de um olhar reflexivo sobre as possíveis práticas que promovam a inclusão e valorização das culturas. Somente o conhecimento pode mitigar anos de desvalorização da cultura do outro, das minorias. Analisar e refletir sobre os interpretes do Brasil e suas teses, é um dos caminhos para abertura de uma desconstrução necessária, quanto a imagem da identidade nacional brasileira concebida no século XX.

Uma questão importante seria verificar o pensamento de Gilberto Freyre quanto a essa temática da identidade nacional brasileira. Segundo Freyre (2003) as virtudes da pré-modernidade estão assentadas na cordialidade e entusiasmo. Ou seja, dar-se-á lugar ao “mito da democracia racial” de uma singularidade brasileira de uma integração social. Esse mito se torna convincente, uma história a ser contada e recontada, em conformidade com o processo político ideológico dos anos de 1930 com Getúlio Vargas no poder.

É a definição de um grupo minoritário pode variar, dependendo de cada contexto cultural específico, mas geralmente se refere a um grupo que não é necessariamente uma minoria em termos numéricos, mas está em situação de desvantagem ou vulnerabilidade e tem menos poder (político ou econômico) do que o grupo dominante. Assim, a condição de minoria é definida por uma relação política, e não por uma característica inerente ou imutável de um grupo. Religião e língua, por exemplo, podem ser adotadas ou mesmo alteradas ao longo do tempo, embora sejam, em geral, elementos importantes para a autoidentificação das minorias étnicas e nacionais. (SANTILLI, 2008, p. 138).

Gilberto Freyre, um dos intérpretes Brasileiros, entendia que o Brasil nasce a partir de uma identidade positiva, destaca em sua tese que identidade brasileira se pauta na miscigenação das raças envolvidas nesse processo (brancos, índios e negros). Tendo como prioridade de análise em seus escritos a família no período colonial e o patriarcalismo, apresentando uma sociedade agrária e escravocrata. Os fatos registrados na pesquisa empírica, um latifúndio e patriarcado junto a Casa Grande, sendo um espaço em que se apresenta um mundo autossuficiente. Como ressalta Freyre

(...) no Brasil é que se realizaria a prova definitiva (...) A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor. Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça. (...) Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas: senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens; donos de terras e de escravos (...) (FREYRE, 2003, p 32-33)

Assim, o que se destaca nessa sociedade é “a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão” a “sociedade agrária na estrutura escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro

: na composição” a mistura nesse espaço, resulta em uma sociedade diferente com uma diversidade em que a raça inferior foi sempre a do escravo, seja ele índio ou negro. (FREYRE, 2003, p 32).

A identidade dos grupos sociais (brancos, negros e índios), do Brasil colônia, em Freyre (2003) é vista pelos intelectuais e pela sociedade dos anos de 1930, como uma identidade instituída pela mestiçagem. A reflexão de Almeida (2020) contribui

(...) a partir de 1930 pela ideologia da democracia racial, que consiste em afirmar a miscigenação como uma das características básicas da identidade nacional, como algo moralmente aceito em todos os níveis da sociedade, inclusive pela classe dominante. (...) a ideologia da democracia racial se instalou de maneira muito forte no imaginário social brasileiro, de tal modo a ser incorporado como um dos aspectos centrais da interpretação do Brasil(...). Para entender a força desta ideia inserida no debate nacional com a obra de Gilberto Freyre, é fundamental que se entenda que a democracia racial não se refere apenas a questão de ordem moral. Trata-se de um esquema muito complexo, que envolve a reorganização de estratégias de dominação política, econômica adaptadas a circunstâncias históricas específicas. (ALMEIDA, 2020, p. 178-179).

Nesse sentido, a raça é vista como cultura, e a mistura das duas, uma junção cultural em que se desenvolve um atributo virtuoso para a nação brasileira, dando vida ao mito da “democracia Racial”.

Outro intérprete do Brasil, importante para nossa análise é Sergio Buarque de Holanda, contemporâneo de Gilberto Freyre, que analisa a identidade entre outros conceitos na composição formadora da identidade brasileira.

Em 1936 em *Raízes do Brasil*, Sergio Buarque de Holanda (1995), considera a família como óbice para a organização política na modernidade, se contrapondo a Freyre que vê na instituição família um fator dinâmico na qual todos os outros (economia e política) se apoiam.

A família patriarcal em Holanda (1995) estabelece uma relação baseada em sentimentos e deveres, ligando os interesses aos laços de “sangue e coração” entre o senhor e seus descendentes. Em suas palavras:

(...) é possível acompanhar, ao longo de nossa história o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados(...) uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos foi sem dúvida o da família, aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura

em nossa sociedade. É um dos feitos decisivos da supremacia incontestável absorvente do núcleo familiar - a esfera por excelência dos chamados “contratos primários”, dos laços de sangue e de coração - está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. (HOLANDA, 1995, p 146)

Holanda (1995) deu vida ao seu projeto identitário tendo como escopo a ideia de um “homem cordial”, que tinha em seu bojo certos traços herdados de homens brancos de Portugal e Espanha, com seus descompromissos na disciplina, a rejeição ao trabalho como obrigação. Segundo Holanda (1995) “O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (HOLANDA, 1995, p 49)

A cordialidade era uma tentativa de personalizar o convívio interpessoais. O sistema político era visto por meio de uma amizade, e, a lealdade entre as pessoas era de grande relevância, sob emoções, não seguindo leis, a alegação é sempre de cunho pessoal e particular. Nesse contexto a repetição da hierarquia estava sempre atrelado a este modelo de política. Ressalta Holanda quanto ao “homem cordial”

(...) a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza do trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, o efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa a fecunda influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados do meio rural e patriarcal. Seria engano supor que as virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (HOLANDA, 1995, p 147)

A identidade nacional forjada pelos intérpretes do Brasil proposta por Freyre e Holanda, baseiam-se em juízos étnicos, que se esforçou em achar um meio de reunir todos os agentes sociais no mesmo projeto de nação, formando um todo simbólico que distingue vida política e social. Ambos distanciam a contribuição de indígenas e africanos para a construção da formação social do Brasil.

Como mostra bem os autores, as heranças deixadas ao povo brasileiro se convertem em opressão dos grupos sociais (minorias) de não terem cidadania, restando a colonização e a escravidão. A colonização produziu sentimento de submissão, as políticas impuseram língua, costumes, religião e os hábitos do colonizador. Um corolário foi criado pela “Casa grande e senzala”. Freyre (2003), conduz ao entendimento que não são instituições sociais desconhecidas. Essas fizeram a internalização na forma desumana, corrupta e indolente. Um dualismo imoral e pervertido: o senhor do engenho de um lado (quem tudo podia, dono da terra da comida e dos escravos) e do outro o negro e o índio - escravos (mola mestra desse processo de economia escravocrata-nada podia, dono de nada nem de si mesmo).

Portanto, essa forma de enxergar o mundo é uma ideia estrutural que perdura no pensamento dos indivíduos e converte em uma norma de explicação da realidade.

2. Uma Breve Reflexão de uma Herança de Desigualdades sociais

A história brasileira não pode ser lembrada, e nem se separar na contemporaneidade da forma que foi forjada entre as desigualdades, vivenciadas pelos grupos sociais minoritários, e, nem, distanciar da reflexão de um longo passado de escravidão. Segundo Jesse de Souza (2017) a escravidão foi uma das instituições do período colonial que mais afetou e afeta a sociedade de várias formas, essa, porta consigo a justificativa de que existe a ideia de pessoas que carregam identidades de seres inferiores. O que Jesse de Souza denomina “rale brasileira”, para “denominar o abandono” das pessoas. (SOUZA, 2017, p 42).

Essa herança, raiz de todas as indiferenças sociais, sofrimentos e invisibilidades estão assentadas na escravidão do passado, que no

tempo presente é chamada de “racismo cultural” (SOUZA, 2017, p 17). A ideia forjada desde os séculos passados, de pessoas ditas inferiores, sendo um pensamento reproduzido, e próprio do racismo cultural em concordância, e fundamentado na escravidão. A elite brasileira vê o pobre como pessoas inferiores e excluídas. Ressalta Jesse de Souza:

É que as classes excluídas em países de passado escravocrata tão presente como o nosso, mesmo que existam minorias de todas as cores entre elas, são uma forma de continuar a escravidão e seus padrões de ataque covarde contra populações indefesas, fragilizadas e superexploração. O excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim, pelas viaturas de polícia com licença para matar pobre e preto. (...) E essa continuação da escravidão com outros meios se utilizou e se utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos. (SOUZA, 2017, p. 50 - 51)

Essa forma de ver o “inferior” (as minorias) pela elite do Brasil, é vivenciada por muitos e afeta uma gama de pessoas vistas como indesejadas no meio social. Populações como: negros, índios, ciganos, homossexuais (LGBTQIA+) e moradores de rua, o diferente, o pobre, o “outro”, torna-se nessa perspectiva, um desafio buscar a inclusão e a reparação para com esses seres humanos, que foram prejudicados quanto aos seus direitos, que sofrem preconceitos produzidos no cotidiano desigual reproduzido pela sociedade brasileira.

Sem lugar de fala para as minorias, há uma luta desigual de reconhecimento e busca por respeito, abrandar essa desigualdade se torna doloroso já que o colonizador deixou essa herança, e despreza a cultura do “outro.” Essa forma de pensar persegue valores que estão enraizados em uma herança cultural do colonizador que como afirma FREIRE (1978) apud CORTE REAL (2006) “o poder do colonizador consiste em negar a cultura do dominado, através da imposição da sua visão de mundo, da negação do outro e de seus saberes, ou seja, de um processo de invasão cultural” (FREIRE, 1987, apud CORTE REAL 2006, p.50)

No mundo de hoje, que visa o capital, a desigualdade social se torna uma das motivações para haver tanta violência no país contra

todos os tipos de minorias. O constitucionalismo, através da fixação de direitos e garantias fundamentais buscou amenizar tais desigualdades e distanciamentos no decorrer desses últimos séculos, entretanto, o desequilíbrio e as desigualdades ainda são latentes. São problemas recorrentes, viabilizados por uma educação excludente, que não procura mitigar a desigualdade vivenciada pela presença do “outro” nos espaços como o da escola.

A Educação como forma de desconstrução da herança de inferioridade e discriminação

A discriminação ocorre, talvez, pelo desconhecimento dos direitos já garantidos para o tratamento com as diversidades culturais ou até mesmo por uma sutil intolerância para com o “outro”, o diferente. Essa realidade demonstra uma equivocada ideia de respeito ao diferente, mas, na verdade, revela um tratamento homogêneo para com todas as pessoas, principalmente no espaço escolar, gerando uma ingênua ideia de relação harmoniosa.

Quanto a discriminação e desrespeito herdados pela colonização, Paulo Freire (1987) nos reporta em seus escritos a notoriedade de marcas incontestáveis de oposição a ideia do colonizador, suas obras são manifestos contra a dominação administrada pelo capitalismo e por um catolicismo enganador. Entendendo que, o que marca o colonialismo, operando no espaço de vivência dos autores desse período uma economia escravocrata e uma cultura do homem branco. Sendo o conhecimento e o discurso ferramentas a serviço da dominação, para construção de um projeto de nação colonizadora, em que se argumenta para uma consciência que internaliza esse projeto nos povos colonizados.

Segundo Paulo Freire, (1978) “A história dos colonizados “começava” com a chegada dos colonizadores, com sua presença “civilizatória”; a cultura dos colonizados, expressão de sua forma bárbara de compreender o mundo.” (FREIRE, 1978, p. 15). Ainda aponta que a prática de preconceito, apresenta hierarquias de raça, nega os direitos dos homens e mulheres e nasce de uma falsa

humanidade. Afirma Paulo Freire: “A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.” (FREIRE, 2002, p. 39).

Segundo Corte Real (2018), a educação é um meio para a formação de homens e mulheres, e, possibilita sua humanização frente a prática do desafio que é o preconceito. E se torna uma busca por autonomia e uma democracia no mundo real, o qual estão inseridos. Conforme a reflexão de Corte Real (2018):

Isto é, a mulher e o homem, seres históricos que são (somos), transcendem o simples contato com o mundo, na medida em que este nos move, nos instiga e, sendo assim, nos desafia. Isto quer dizer que o mundo, ou seja, o chão concreto da história nos impele a pensar, a agir e a tomar decisões. Aí reside o próprio papel da educação: contribuir para que o educando reflita acerca dos desafios presentes no seu mundo concreto vivido e aja diante deles. Essa primeira leitura sugere compreender, pois o homem e a mulher, como seres de relações, são também seres que têm a cultura, em sentido amplo, e a educação, em sentido particular, como campo de possibilidades para a sua formação e para sua própria humanização, (...) provoca a pensar o próprio processo de assunção do ser humano, no movimento fundante da consciência ingênua rumo à consciência crítica (...) (CORTE REAL, 2018, p.1098-1099)

A consciência crítica é empreendida, quando os seres humanos buscam conhecer a si mesmo, e, o outro, e a educação é a principal ferramenta para essa jornada, refletindo e agindo em busca da sua qualidade de vida, e respeito as diferenças. É preciso buscar no cotidiano a reflexão e autorreflexão.

Para Paulo Freire, são colocadas diversas formas de se atingir à autonomia democrática, uma delas é por meio da pesquisa que tem o intuito de chegar até o conhecimento tanto para o docente quanto para o discente; O respeito à individualidade, tem caráter específico de alcançar o conhecimento, porque o docente compreende muitas das vezes, respeita aquilo que cada aluno traz consigo para, então, a partir daí, aplicá-lo ao conhecimento.

Essa herança de desrespeito, gerou e gera enquanto pratica de desigualdade, que se repete dia após dia uma crescente desumanização. E Freire em suas obras deixa pistas para o encontro com a autonomia e convida a lutar contra o opressor. Salienta em seus livros que a educação é possibilidade e o amor é caminho.

Considerações finais

Entendendo que não temos uma receita para acabar com ideário construído há séculos no período da colonização, que foi forjado pelo prisma das desigualdades para com os grupos sociais no passado e na contemporaneidade, acredita-se que a educação é a principal “saída”. Desconstruindo todo e qualquer rastro que manipula processos de distorção do real, busca a reflexão e autorreflexão, valorizando e respeitando o outro.

Respeitar e valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa uma adesão aos seus valores, mas deve suscitar a necessidade de promover uma educação emancipadora, que prima pela construção da cidadania. Compreendendo que a educação emancipatória se torna uma capacidade intelectual, capaz de modificar a realidade do indivíduo e de sua comunidade.

A pluralidade cultural do mundo atual também se manifesta de forma impetuosa e dinâmica em todos os espaços sociais, inclusive na escola, o que acarreta confrontos e desafios que os educadores precisam enfrentar. É a pluralidade que propiciará o enriquecimento e a renovação da atuação pedagógica pela socialização de um novo currículo, mais dinâmico, humanizado, soberano e solidário que perceba, respeite e valorize as comunidades tradicionais e as suas diversidades.

Na Constituição Federal encontram-se diversos direitos, dividindo-os em capítulos no que couber cada categoria, e, dentre eles estão as garantias fundamentais. Há um grande desequilíbrio, no que se refere àqueles que realmente tem acesso à todas as oportunidades e direitos que lhes são devidos, e aqueles que, mesmo possuindo tais direitos, além de não terem conhecimento acerca disso, também vivem em condições precárias.

Ademais, direitos fundamentais simbolizam a evolução, buscando positivar o respeito entre os indivíduos e estimular a cidadania. Assim, a nossa sociedade precisa assegurar às crianças, aos idosos, mulheres, aos negros, ciganos e à comunidade (LGBT QIA+) uma vida digna.

Em se tratando de normas constitucionais, espera-se então, que a mesma seja efetiva, para que possa realmente garantir todos os direitos e voz ativa, os quais elenca, e seja aplicável à toda sociedade. Saliente-se que se tratando de direitos fundamentais, estes devem ter uma maior atenção e cuidado do Estado, já que estes indicam prerrogativas essenciais para que todo indivíduo possa ter acesso a uma vida minimamente respeitável.

É possível enxergar que a educação é um instrumento transformador, capaz de alavancar um país, porém, para que isso seja possível, é indispensável a atuação constante de todos como a do Estado, da família e ou da sociedade, e também, dos docentes como agentes influenciadores e formuladores de Políticas Públicas Educacionais.

É preciso empreender uma busca para a crítica, a interrogação e o diálogo entre professor e aluno, são caminhos que ainda continuam em construção na educação do chão de nossas escolas. A solidariedade ainda tão distante no mundo escolar de ciganos, negros, índios, homossexuais e tantas outras minorias, poderão alcançar os patamares sonhados e ou desejados, se a formação de educadores passar pelas premissas da humanização, do envolvimento e do aconchego, possibilitará aos seres humanos, homens e mulheres o exercício de uma educação libertadora.

No momento em que a vida afronta novos desafios, a busca por novos espaços de atuação, novas experiências e aprendizados, abre

também novas formas de se ver o mundo por meio das transformações pelas quais ele passa. No mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significaram e, no presente, ainda apontam passos significativos no sentido da possibilidade de um futuro com potencial emancipatório para toda a sociedade.

Referencias

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2020.

CORTE REAL, M P. **Educação, condição humana e liberdade**: uma abordagem freiriana. In.: “Revista E-curriculum”. São Paulo. v.16, n 14 dez. 2018, p 1094 - 1109

CORTE REAL, M.P. **As musicalidades das rodas de capoeira**: diálogos interculturais, campo e atuação de educadores. Tese de Doutorado (em Educação), Florianópolis: PPGE/CED/UFSC, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora, Paz e Terra, 1978

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48º ed. São Paulo: Editora Global, 2003-(introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil;1)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995 Rio de Janeiro: Nova Aguilar: 2002

SANTILLI, J. As minorias étnicas e nacionais e os sistemas regionais (europeu e interamericano) de proteção dos direitos humanos. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, Brasília, n. 1, p. 137-151, jun. 2008.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOBRE OS AUTORES

Maria Lúcia Rodrigues

Mestre em Ensino na Educação Básica (Universidade Federal de Goiás - UFG)

Bacharelada em Ciências Sociais (Universidade Federal de Goiás – UFG). Professora na rede Estadual de Educação de Goiás, lotada na (EEPEM) E.E.P. Esmeraldo Monteiro.

Aluna do Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás

Contato: ml.rigues@hotmail.com

<http://Orcid:0000-0001-59718146>

Bianca Patrícia Gandini Ling

Mestranda no Centro de Ciências Aplicadas - ECSA da Universidade do Grande Rio - Unigrario

Assistente Social do trabalho na Fundação de Apoio à Escola Técnica/ Faetec

Biagandini1@gmail.com

Marttem Costa de Santana

<http://orcid.org/0000-0002-8701-9403>

Doutor em Tecnologia e Sociedade (UTFPR)

Docente do Colégio Técnico de Florianópolis (CTF/UFPI)

marttemsantana@ufpi.edu.br

José Carlos Guimaraes Junior

Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia

<https://orcid.org/0000-0002-8233-2628>

Universidade do Estado do Amazonas-Rede Bionorte, Brasil

Governo no Distrito Federal, Brasil

profjc65@hotmail.com

Savio Lima Costa e Silva

<https://orcid.org/0000-0002-1495-3035>

Mestre em Educação pela UNISUL

engenheirosaviolima@gmail.com

Lívia Barbosa Pacheco Souza

<http://lattes.cnpq.br/5978999436523962>

<https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos (NEIM UFBA), em Gênero e Sexualidade na Educação (NUCUS UFBA) e em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO UNILAB).

adm.liviapacheco@gmail.com

Rair de Lima Nicácio

Doutorando em Educação – FACED/PPGE – Universidade Federal do Amazonas. Bolsista Fapeam.

<https://orcid.org/0000-0001-5278-1804>.

Mestre em Ensino de Ciências e Matemática – Universidade Federal do Acre.

Licenciado em Ciências biológicas, Filosofia e Pedagogia. Professor da Educação Básica – SEMEC de Marechal Thaumaturgo-Acre.

rair.nicacio1@gmail.com

Raimundo Alves Medeiros Neto

Professor do quadro permanente do Instituto Federal do Amapá - IFAP

<http://lattes.cnpq.br/9496419097784575>

Licenciado em Pedagogia - Universidade Estadual Vale do Acaraú

Especialista em Educação inclusiva - FATECH

Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática -UFAL

raimundo.neto@cedu.ufal.br

IDENTIDADE, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL



Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque
Verde, Belém - PA, 66635-110

